

As narrativas de uma paisagem: da urbanística de colina à verticalização do centro histórico de Vitória (Brasil)

CAMPOS, Martha (1); DIAS, Fabiano (2)

(1) Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo.

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Av. Fernando Ferrari 514 - UFES: Centro de Artes, Vitória-ES, CEP 29075-910

Telefone: +55027 3335-2024. marthamcampos@hotmail.com

(2) Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas de Aracruz-ES

Rua Euzira Vivacqua, 140, ap. 502. Bairro de Jardim Camburi, Vitória-ES, CEP 29090-350 Telefone/fax: +55027 99273-4921.

fabiano@urbearquitetonica.com.br

Resumo

As mudanças da forma urbana e paisagística da área central da cidade de Vitória (Brasil) são questões que conduzem este texto, a partir de estudos dos relatórios técnicos do Plano de Ocupação para Área Central de Vitória - Plano de Proteção da Paisagem, em abordagem específica sobre área denominada Cidade Alta. Assim como em demais cidades coloniais brasileiras de estrutura geomorfológica similar, a formação da Vila de Vitória data de meados do século XVI, expressa a urbanística tradicional portuguesa com implantação em acrópole. Do topo do platô de uma pequena colina que avança sobre o mar, um primeiro núcleo urbano foi construído, contudo ao longo dos séculos, a paisagem colonial com proeminência dos elementos e conjuntos naturais foi lentamente substituída pela dominância do espaço construído. A ocupação do sítio foi radicalmente alterada em finais do século XIX, por processos de urbanização pontuados por aterros sobre as águas da baía, que passam no século seguinte a configurar progressivamente novas glebas de ocupação verticalizada da parte baixa da cidade. Este trabalho aponta para o processo de mudança da forma física e ocupação urbana mais remota da área, de modo associado às transformações paisagísticas do então designado setor Cidade Alta. Investiga-se o papel dos elementos e conjuntos referenciais paisagísticos desse setor - identificados e caracterizados no referido Plano como estruturadores da paisagem -, na formulação de diretrizes e legislação urbanística de orientação da ocupação urbana da área, de modo a proteger e valorizar além de sua paisagem, a estrutura morfológica do sítio. Trata-se de análise pautada nos resultados do Plano, em consonância com estudos tipomorfológicos relativos à implantação das edificações no lote, ao traçado e a ocupação urbana, desde que balizados pelos referentes paisagísticos registrados no Plano. No âmbito geral da problemática dos centros históricos, considera-se importante avançar em estudos sobre a particularidade dos terrenos de cotas altas das cidades antigas marinhas e ribeirinhas de origem lusófona, a exemplo de Vitória, Lisboa e cidades do Cabo Verde. No âmbito específico deste trabalho, investiga-se a importância da parte alta de ocupação mais remota da capital capixaba frente à reestruturação urbanística e paisagística de toda área central. A ênfase da paisagem como narrativa permite que planos e projetos urbanísticos, nos moldes do Plano em tela, possam ampliar o entendimento das mudanças da estrutura formal das cidades, e consequentemente, valorizar a permanência de morfologias antigas que tendem ao desaparecimento.

Palavras-chave: Paisagem; Morfologia, Vitória; Urbanismo de Colina; Verticalização.

1 Processo de mudança da forma física e ocupação urbana da área central de Vitória¹

¹ Este artigo contempla abordagem retrospectiva orientada para as mudanças físico geográficas e histórico social da área, periodizada em três tempos: paisagem colonial (século XVI e XIX), paisagem da modernidade (fins do século XIX e XX) e paisagem da contemporaneidade (final do XX ao XXI); resgatando termos e conteúdo do Relatório de Atividades (RA 02)–

Fundada oficialmente em 1551, Vitória tem na origem de sua configuração colonial, a implantação de edificações institucionais e fortificações, com vida social restrita a parte alta de seu sítio, circunscrevendo uma colina histórica². Ao final do século XVI, a ocupação da área se intensifica devido chegada da Companhia de Jesus ao Brasil, pontuando o início das transformações territoriais. As edificações religiosas são emblemas da arquitetura colonial portuguesa, em contraste com fundo homogêneo do casario civil e maciço central.

A tipologia jesuítica do Complexo de São Tiago constitui em importante indutor do crescimento urbano da vila. A escala da edificação jesuítica participa da construção da morfologia urbana original de Vitória. Em concordância com Aragão (2006), é possível correlacionar o papel da tipologia no desenho e composição da paisagem. O estudo dos tipos, para a autora, como um elemento de construção da morfologia urbana, compõe e estrutura, por corolário, a paisagem (Aragão, 2006, 33).

As construções jesuíticas – e demais ordens religiosas - têm o papel fundador de constructo da paisagem urbana durante o período de colonização portuguesa no Brasil. A Vila da Vitória se destaca entre as mais antigas do Brasil, tanto pela origem de sua ocupação como pela adaptação à condição geográfica do sítio formado por ilhas. O entorno natural que circunvizinha o núcleo original é fundamental para sua identidade histórica e paisagística. O relevo mostra-se decisivo para a escolha do sítio da nova vila, num misto de proteção, local de vigia e facilidade de implantação das edificações. Nota-se que o platô do núcleo urbano original, localizado em pequena península dentro da Baía de Vitória, segue a urbanística portuguesa por uma “cota dominante na paisagem” (Simões Junior, Campos, 2013, 49) e cria condições favoráveis para instalação de estruturas portuárias e comerciais na sua base.

Klug (2009) verifica o domínio da horizontalidade das construções civis, os pontos verticais da arquitetura religiosa e a supremacia dos elementos naturais na paisagem colonial, que perdurou entre os séculos XVI e XIX. Em acordo com a autora, nota-se nas representações visuais de desenhos, mapas, gravuras e fotografias, as narrativas de uma paisagem em que as igrejas, o maciço central e o mar são os elementos pregnantes da paisagem colonial de Vitória nos primórdios de sua ocupação **(Figura 1 (a) até (e))**.

Souza (2004) afirma ainda que “o contato do colonizador com os condicionantes da geografia não engendrou uma relação de dominação e de transformação de suas características”, pelo contrário, as primeiras edificações ocupam a parte central mais plana do platô, para depois se adaptar ao relevo que ora descia em direção ao mar, ora subia em direção do maciço central (Souza, 2004, 322). Nota-se, com a mesma autora, em representação hipotética sobre ocupação urbana dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, que o crescimento urbano da vila se intensifica a partir do século XVII, com quadras e edificações ocupando parte do platô (atual Cidade Alta) e parte da encosta de transição entre terrenos de cotas alta e baixa. Anteriormente, no XVI, havia restrição da ocupação ao platô, e posteriormente, seu crescimento

Diagnóstico preliminar/ Volume 1, do Plano de Ocupação para a Área Central de Vitória: Plano de Proteção da Paisagem, da Prefeitura Municipal de Vitória.

² Colinas históricas similares – construções de cidades em acrópole - pontuam a costa do litoral brasileiro, sobretudo em cidades que apresentam, tal como Vitória, a condição natural de defesa. Argumento descrito por Monteiro (2008).

ainda em cotas altas. Nos séculos seguintes do XVIII e XIX, ocupa-se o restante do entorno imediato do sítio original. Ainda no século XIX, a cidade extrapola seus limites coloniais, tanto de ocupação quanto físico geográfico, tendo efetiva expansão somente no século XX (Figura 2).

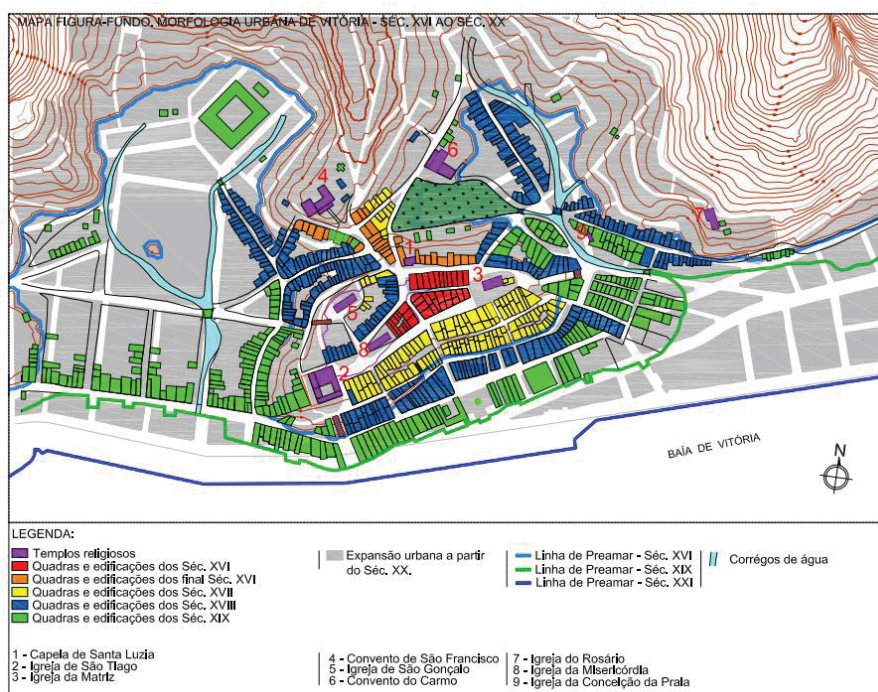


Figura 1 Mapa-síntese hipotético do sítio original da Vila da Vitória, com distinção de templos religiosos, parcelamento dos lotes e ocupação urbana em quadras. Notam-se três marcações de preamar alteradas por aterros sucessivos. **Fonte:** Arquivo pessoal de Luciene Pessotti, modificado para este trabalho.

Destaca-se presença dos fortes nos séculos XVI e XVII, e implantação de um sistema de fortificações no século XVIII, visando à defesa das minas descobertas no interior do território nacional (Monteiro, 2008 e Derenzi, 1996). A baía se apresenta aos portugueses como recorte litorâneo estratégico para implantação de um porto, de acesso fácil e condições naturais privilegiadas (Araújo Filho, 1974). Contudo, Vitória permanece uma aldeia até o século XVIII, apenas ruas estreitas ocupam a parte alta da vila. As mudanças na parte baixa foram poucas, alguns bancos de areia, descritos por Monteiro (2008), que junto às fortificações e aos trapiches desenharam o perfil a beira-mar da época³. O século XVIII é marcado pela expulsão dos jesuítas do Brasil, e somente no XIX, o Estado do Espírito Santo inicia desenvolvimento econômico e urbanístico, depois de longo período de estagnação (Freitas, Campos, Almeida, 2002). Na metade do XIX, relatos de viagem do geólogo Charles Frederick Hartt evidenciam a imagem de porto do lugar: “Passando o Pão de Açúcar o canal se alarga num espaçossíssimo porto, e, do lado norte, num belo anfiteatro entre morros, está construída a cidade de Vitória” (Hartt, 1941) (Figura 1 (c) e (d)).

³ Monteiro (2008) menciona entre as ruas, a Grande e seus sobrados (atual José Marcelino e Casario Colonial), a da Matriz (atual Pedro Palácios), a São Francisco, a da Praia, a do Reguinho (atual Sete de Setembro) e a do Rosário. Prosseguindo com o autor, além das ruas, caracterizam a morfologia urbanística da vila, as ladeiras que desciam a colina até o mar e os grandes largos situados à frente das edificações mais importantes. Entre as ladeiras, cabe destacar a São Diogo (atual Escadaria São Diogo), Pelourinho ou Trapiche (atual Escadaria Maria Ortiz) e Matriz (atual Rua Cerqueira Lima). Quanto aos espaços abertos, Monteiro (2008) menciona os largos do Padre Inácio, de Afonso Braz (atual Praça João Clímaco) e da Matriz (atual Praça da Catedral Metropolitana). É do século XVIII, a construção de mais duas obras religiosas da antiga vila colonial: a Igreja de São Gonçalo e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Somente no final do século XIX começam as mudanças na feição urbanística da cidade colonial, marcando passagem para a paisagem da modernidade. Nos termos de Monteiro (2008): “a paisagem que deu fama a então quase desconhecida capital capixaba foi marcada não só pelo caráter administrativo e comercial, mas também por funções até então inexistentes ou inexpressivas na cidade, como a educacional e a de lazer – parques, teatros, cinemas”, isso por meio da ação de uma tríade não sequencial de governos, oficialmente iniciada com Muniz Freire (1892-1896), continuada por Jerônimo Monteiro (1908-1912) e concluída por Florentino Avidos (1924-1928) **(Figura 1 (d) até (f))**.

A construção do Porto de Vitória ocorre entre 1908 e 1912, sendo interrompidas em 1914 e reiniciadas em 1925 (Siqueira, 1995). Na década de 1930, a cidade conta com extensa área de expansão em processo de ocupação, a nova e distante região das praias (Mendonça et al, 2010)⁴. Nesta época, a área central é motivo de orgulho, devido ao seu circuito cultural e de lazer, expresso em praças, jardins, teatros e cinemas. Esse período é marcado por práticas intervencionistas, na qual novos edifícios sobrepõem-se aos antigos, em ações que visam saneamento do espaço coletivo e eliminação de áreas insalubres (Freitas, Campos, Almeida, 2002). O comércio internacional do café garante intenso desenvolvimento econômico e urbano, posteriormente, a política de industrialização nacional contribui para mudanças das cidades portuárias brasileiras, vide implantação da Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale) em município vizinho a capital, em 1942 (Siqueira, 1995) **(Figura 1 (g))**.

Distintos processos de urbanização transformam intensamente a área nos anos de 1950, a exemplo da promoção de grandes aterros, da ampliação das instalações portuárias, do auge da verticalização das construções e da ruptura com o passado nas práticas de intervenção sobre o patrimônio cultural edificado⁵ **(Figura 1 (h) e (i))**. Nesta época, Mendonça (2001) indica conformação de verticalização em ambiente “(...) plenamente circunscrito no âmbito do desenvolvimento econômico da ocasião. Tratava-se do entorno do porto, correspondente ao cais de Vitória localizado no Centro”. O significado imagético desenvolvimentista da verticalização expresso no trinômio *Centro-porto-edifício* culminou no aterro da Esplanada junto ao porto (Mendonça, 2001).

Importante indicar que o processo de verticalização ainda contempla caráter de modernização estética advindo dos edifícios altos que seguem a tendência modernista em arquitetura (Mendonça, 2001).

A mesma autora faz distinção dos denominados focos do processo de verticalização da área central, identifica focos iniciais (antes de 1954) situados na parte baixa da área e novos focos de verticalização (entre 1954 e 1971) também no baixio. A partir deste período, indica condução desse processo para área leste de Vitória, a redução e posterior inversão do mesmo na área central (Mendonça, 2001). A parte alta em estudo se verticaliza de forma intensa entre as décadas de 1970 e 1980. A partir de 1984, a verticalização estava consolidada na cidade de modo geral, e seu interesse mercadológico na localização transferido para distintas áreas, incluindo ainda a área central com edifícios altos aprovados para Cidade Alta até final da

⁴ Área do Projeto de um Novo Arrabalde do engenheiro sanitarista Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, situada a leste de Vitória.

⁵ Argumento apresentado sob ponto de vista dos impactos no território, nas respectivas conferências de José Francisco B Freitas, Martha M. Campos, Eneida M. S. Mendonça e Renata H. de Almeida, intitulada Cidade e território: urbanização e impactos no ambiente urbano, na ocasião do Cidades 2006 Feira e Congresso Internacional, realizado em maio de 2006, na UFES, Vitória (ES).

década de 1990⁶ (Mendonça, 2001). Frente ao contínuo processo de verticalização da área central⁷, os edifícios altos são quase na totalidade, danosos à paisagem da área, com destaque para fração da Cidade Alta (Figura 1).

	<p>(a) Desenho da Villa da Victória (1767). Fonte: Reis, 2000 (acervo do Arquivo Histórico do Exército, autor José Antônio Caldas).</p>
	<p>(b) Mapa da Villa da Victória (1767). Fonte: Reis, 2000 (acervo do Arquivo Histórico do Exército, autor José Antônio Caldas).</p>
	<p>(c) Desenho da Villa da Victória (1805). Fonte: Miranda C, 2001 (acervo 5ª DL, autor Joaquim P. Pereira da Costa).</p>
	<p>(d) Montagem com fotografias de Victor Frond (1860). Fonte: Tschudi J (2004).</p>
	<p>(e) Frente marítima da cidade, em 1909. Fonte: Miranda C, 2001.</p>
	<p>(f) Abertura da Avenida Jeronimo Monteiro, década de 1920. Fonte: Miranda, C, 2001.</p>
	<p>(g) Centro de Vitória na década de 1940. Fonte: Miranda C, 2001.</p>
	<p>(h) Centro de Vitória com aterro da Esplanada Capixaba na década de 1950. Fonte: Miranda C, 2001.</p>

⁶ Mendonça (2001) identifica como focos iniciais (antes de 1954), a Praça Costa Pereira, o entorno da Praça Ubaldo Ramalhete, os eixos das ruas Graciano Neves e Sete de Setembro, e da Avenida Florentino Avidos. Os novos focos de verticalização (entre 1954 e 1971) abrangem Parque Moscoso e Esplanada Capixaba. A partir de 1971, a verticalização segue para bairros da área leste de Vitória, e depois se inverte com mais verticalização na região leste e menos na central. Em 1984 a verticalização está consolidada em toda capital (Mendonça, 2001).

⁷ O levantamento de edifícios altos aprovados pela municipalidade contido na tese de doutorado de Mendonça (2001) incide em periodização entre os anos de 1935 a 1997. Ver Mapa A1 – Área Central – Vitória (ES) - Edifícios segundo períodos conforme datas de aprovação (Mendonça, 2001).

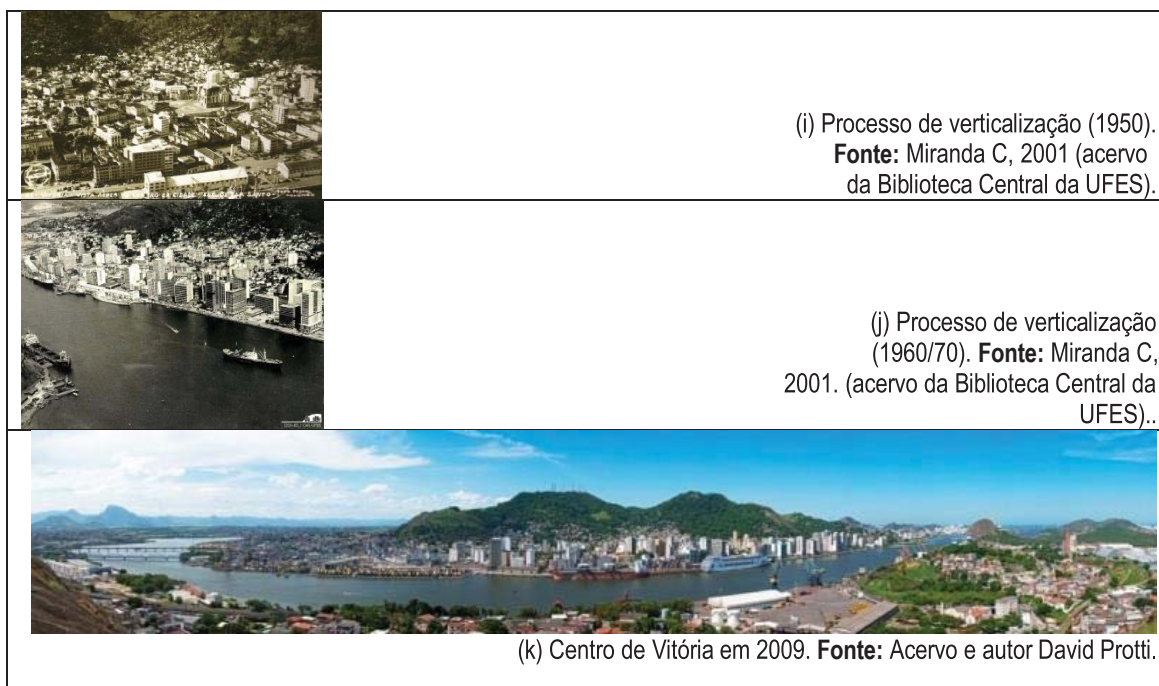


Figura 2: Narrativas de mudanças da paisagem em desenhos, mapas e fotografias, do século XVIII ao XXI.

2 Referenciais paisagísticos identificados e caracterizados no Plano de Proteção da Paisagem da Área Central de Vitória⁸ como estruturadores da paisagem: Cidade Alta

A colina histórica da atual Cidade Alta, de topografia acidentada e uso misto, tem destaque para uso institucional e religioso de sua formação original, contemplando número expressivo de referentes paisagísticos. Nota-se forte concentração de elementos e conjuntos construídos, ao alcançar patamar de 26,08% do total de quarenta e seis (46) elementos construídos e 25% de oito (08) conjuntos construídos identificados em diagnósticos histórico, técnico e participativo do Plano de Proteção da Paisagem da Área Central de Vitória⁹. Ressalta-se ausência de elementos e conjuntos naturais na área enfocada.

⁸ O Plano de Ocupação para Área Central de Vitória – Plano de Proteção da Paisagem foi desenvolvido pela administração municipal em atendimento as diretrizes do Plano Diretor Urbano do Município de Vitória – Lei nº 6705. Martha M. Campos (uma das autoras deste trabalho) participou como coordenadora da equipe técnica que elaborou o referido Plano. Participaram da mesma equipe: Eneida M. S. Mendonça (Consultora), Bruno Massara Rocha, Viviane L. Pimentel e Daniela C. Bissoli (Arquitetura e Urbanismo), Leonardo Bis dos Santos (Ciências Sociais), André L. Nascentes Coelho (Geografia), Bruna M. Z. Madeira e Pierry Novais Silva (Direito).

⁹ O procedimento metodológico do levantamento de identificação e caracterização dos elementos naturais e construídos representativos da imagem da cidade no Diagnóstico Preliminar do Plano contempla etapas de: 1) Levantamento e mapeamento do conjunto edificado da área central de Vitória de interesse de preservação da paisagem, previamente identificado em documentação institucional dos bancos de dados da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, da Prefeitura Municipal de Vitória; 2) Pesquisa de campo de identificação complementar e caracterização dos referentes construídos da paisagem, em levantamento e mapeamento fotográfico; 3) Identificação e caracterização dos referentes construídos em levantamento nos acervos da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Arquivo Público Municipal e Estadual, Instituto Jones Santos Neves, por meio de fontes diversas (livros, periódicos, revistas e fotos) com abordagens de documentos acadêmicos, institucionais, históricos, produções culturais, manifestações folclóricas e populares, entre outras; 4) Métodos de abordagens participativas de identificação e caracterização dos elementos e conjuntos construídos. Esta fase inclui os elementos e conjuntos naturais em suas abordagens. Ressalta-se que o Diagnóstico Preliminar contempla um estudo retrospectivo sobre a evolução e transformação da paisagem da área central de Vitória, numa abordagem panorâmica desde o século XVI até o XXI, parcialmente exposto em seção anterior deste artigo (SEDEC/PMV e Única Consultores, 2011).

Expõem-se exemplos extraídos de mapa, tabela e fichas¹⁰ dos elementos e conjuntos construídos situados Área A3 (Cidade Alta) do Setor Centro histórico, conforme delimitação do Plano. A área urbana A3 (Cidade Alta) conta com quatorzes (14) referentes, tendo doze (12) elementos e dois (02) conjuntos construídos. Indica-se com esse quantitativo a relevância na paisagem desta área, devido notória concentração de referentes paisagísticos na colina histórica da Cidade Alta (A3)¹¹ (**Figura 3**).

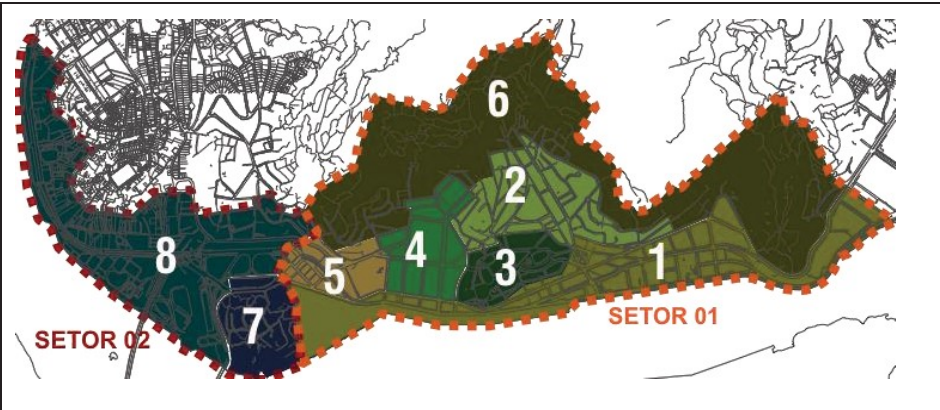
	<p>Mapa de identificação de setores e áreas urbanas da área central.</p>
<p>Nº FICHA</p>	
<p>ELEMENTO CONSTRUÍDO – Setor 1/ Área 3 (colina histórica cidade alta)</p>	
<p>EC.26 - Catedral Metropolitana de Vitória</p>	
<p>EC.27 - Escadaria Dionísio Rosendo</p>	
<p>EC.28 - Casa Família Cerqueira Lima</p>	
<p>EC.29 - Escadaria Maria Ortiz</p>	
<p>EC.30 - Capela Santa Luzia</p>	
<p>EC.31 - Escola São Vicente de Paula</p>	
<p>EC.32 - Palácio Domingos Martins</p>	
<p>EC.33 - Praça João Clímaco</p>	
<p>EC.34 - Praça João Clímaco</p>	
<p>EC.35 - Viaduto Caramuru</p>	
<p>EC.36 - Palácio Anchieta</p>	
<p>EC.37 - Colégio Maria Ortiz</p>	
<p>CONJUNTOS CONSTRUÍDOS – Setor 1/ Área 3 (colina histórica cidade alta)</p>	
<p>CC.05 - Casario Colonial (ver ficha abaixo)</p>	
<p>CC.06 - Casario Praça João Clímaco</p>	

Tabela de identificação e caracterização dos elementos e conjuntos construídos da região da Cidade Alta.

¹⁰ A formatação das informações referente ao levantamento de cada elemento e conjunto construído resulta em fichas de Identificação e Caracterização, com texto e imagens em três níveis de abordagem: Introdução, Identificação e Caracterização. A Introdução contempla parte da justificativa para seleção do elemento e/ou conjunto construído, indica o histórico da edificação, suas mudanças de uso e sua articulação com as dinâmicas de reestruturação urbana da área central de Vitória. A Identificação situa o elemento e/ou conjunto construído em um dos setores (Centro histórico ou Centro expandido) e áreas urbanas (01 a 08) adotadas pelo Plano; indica endereço; época de construção; grau de proteção; mapa de situação e tabela com número de pavimento, área do lote, área construída e estilo arquitetônico. A Caracterização contempla descrição de implantação da edificação, sua caracterização arquitetônica e presença na paisagem (SEDEC/PMV e Única Consultores, 2011).

¹¹ Menciona-se que os critérios adotados no levantamento de identificação e caracterização dos elementos paisagísticos - construídos e naturais- do Plano, visando à seleção dos elementos estruturadores da paisagem, resultam diretamente de análises integradas produzidas pelo cruzamento das pesquisas de caráter histórico e técnico e de caráter participativo.

CONJUNTOS CONSTRUÍDOS DA PAISAGEM

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

CC.05_CASARIO COLONIAL

IDENTIFICAÇÃO

Setor
CENTRO HISTÓRICO (Setor 1). Este setor constitui a área conhecida, sob o ponto de vista da população, como o Centro da cidade propriamente dito, onde está situado o núcleo histórico de formação da cidade. Caracterizado por forte dinâmica comercial e diversidade de usos e atividades, destaca-se na paisagem pelas instalações do Porto de Vitória e pelo conjunto histórico cultural do seu patrimônio natural e construído.

ÁREA 3 Abrange a região da Cidade Alta, de topografia acidentada e uso misto, com destaque na paisagem para o uso institucional/religioso do núcleo histórico de formação da cidade.

Endereço_ Rua José Marcelino, nº 197 e nº 203/205, Centro, Vitória.

Época de construção_ Séculos XVIII e XIX.

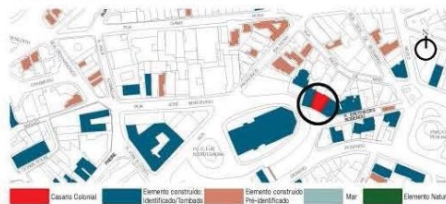
Grau de proteção_ Tombado a nível federal.

Uso atual_ Institucional.



Nº de pavimentos	02 pav *
Área do lote	192,25m² *
Área construída	249,10m² *
Estilo Arquitetônico	Colonial

* Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (SEDEC/PMV).



CONJUNTOS CONSTRUÍDOS DA PAISAGEM

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

CC.05_CASARIO COLONIAL

Imos exemplos da arquitetura civil do período colonial construídos em pau-a-pique.

Presença na paisagem

A construção germinada e a presença de características similares favorece a imagem de conjunto composto pelas residências coloniais. No entanto, pouco se destacam no contexto do casario do logradouro, já que possuem volumetria e largura de fachada similares às construções vizinhas. A rua de pouca largura, sem saída, dificulta a visão dos edifícios, que somente pode ser percebido pelo observador mais próximo.

Somente o colônio das esquadrias contra o fundo branco das paredes oferece um pouco de visibilidade ao conjunto, o que, no entanto não é suficiente para destacá-lo ao claramente das demais construções.



Casas Coloniais
Fonte: Arquivos SEDEC/PMV e MAJUPES, 2008.

Figura 3: Levantamento de identificação e caracterização dos elementos e conjuntos construídos da região da Cidade Alta em mapa, tabela e ficha. Fonte: SEDEC/PMV (2011).

3 Estudo tipo morfológico do Complexo Jesuítico de São Tiago (atual Palácio Anchieta)¹²

O modo de implantação das edificações jesuíticas foi preponderante para que o complexo de São Tiago se mantivesse presente no imaginário da população de Vitória até os dias atuais. O prédio foi por séculos o de maior altura e volume da cidade, sobressaindo no entorno edificado. Integrante do processo de ocupação portuguesa no Brasil, o complexo jesuítico foi um dos aparatos arquitetônicos fundamentais para a constituição da morfologia e paisagem urbana da Vila da Vitória.

A cidade do Brasil colonial tem a Igreja como indutora do crescimento urbano, junto aos arruamentos. Conforme Teixeira (2012):

Acomodando-se ao sítio, a cidade era facilmente legível, de fácil referência e orientação porque seus códigos de leitura se identificavam com os do território. Da mesma forma, era uma cidade naturalmente hierarquizada porque as hierarquias do território estavam embebidas na estrutura urbana. Estabelecia-se assim uma estreita relação entre a estrutura territorial e a estrutura urbana, tornando explícitas as relações entre sítio e plano urbano, entre linha natural e via estruturante, entre ponto de inflexão e praça, entre local dominante e arquitetura notável (Teixeira, 2012, 43).

No século XVIII, a consolidação da morfologia urbana colonial da Vila da Vitória traz o adensamento de suas edificações de dois ou três pavimentos, ocupando os estreitos lotes e os vazios remanescentes do núcleo original, aproximando-se em definitivo dos templos religiosos. Desenhos em perspectiva do século XIX mostram a ilha com ocupação urbana concentrada no platô da acrópole, descendo pela encosta até o mar. Ao mesmo tempo, demonstram como a ocupação se aproximou de São Tiago, que se encontrava, anteriormente, em posição de maior destaque sobre a colina **(Figuras 1 e 2)**.

No século XIX, o crescimento da vila irrompe as barreiras coloniais definidas e consolidadas no século anterior. Cabe registrar o papel do edifício em tela, primeiro, por conta da antiga cerca jesuítica que deixa de existir com a expulsão dos padres e a subsequente transformação da área delimitada pela mesma em parte do tecido urbano. O complexo que antes estava, de certo modo, à parte da cidade, é agora parte de sua malha urbana, seu desenho em quadra se acomoda ao desenho retangular e irregular dos lotes que se aproximaram dele nos séculos anteriores. Cabe observar mudanças ocorridas ao complexo São Tiago, e demais edifícios referenciais da área, a exemplo da Igreja da Misericórdia (atual Palácio Domingos Martins) **(Figura 4)**.

Os aterros trarão novo caráter à cidade, conectado com as inovações estilísticas, arquitetônicas e urbanas advindas de uma Europa fim-de-século, com “(...) traçado regular e arquitetura com novos conceitos e tecnologia, traduzindo um novo padrão social e estético” (PESSOTTI *in* PESSOTTI e RIBEIRO, 2011, p. 115). Como visto, o contínuo processo de aterros adentra o século XX, criando áreas

¹² Este estudo contempla parte dos resultados da dissertação de mestrado O pátio jesuítico no Palácio Anchieta: narrativas tipomorfológicas e paisagísticas na cidade de Vitória (ES) (2014), de Fabiano Vieira Dias, um dos autores deste trabalho.

onde uma nova tipologia surge como revés à cidade colonial: a cidade verticalizada, emblema do estágio avançado da modernização engendrada no final do XIX, deixando de vez no passado a tipologia e morfologia tradicional da cidade colonial (**Figura 4**). Nos termos da mesma autora, o platô que antes tinha em São Tiago e outras edificações religiosas os maiores prédios em destaque, se apresenta, a partir da metade do século XX com edifícios comerciais e residenciais verticalizados, constituindo uma massa construtiva homogênea de grandes alturas, que subjuga principalmente os elementos naturais da área.

O antigo prédio jesuítico, atual sede do governo estadual, o Palácio Anchieta, ainda mantém sua posição privilegiada no contexto paisagístico da área. Antes, o prédio jesuítico, inserido dentro de um tecido urbano típico colonial, estava sempre em destaque pela sua altura, posição e arquitetura. Hoje, em meio aos prédios altos que marcam o novo perfil de Vitória, o antigo Complexo de São Tiago é uma surpresa aos olhares que acompanham o *skyline* da cidade, usando-se de um termo contemporâneo para falar da ocupação dos céus urbanos de hoje (**Figura 4**).

	<p>Sede do Executivo Estadual e Igreja de São Tiago. Fonte Tatagiba J, 2005</p>
	<p>Palácio Anchieta e Escadaria Bárbara Lindemberg, após reforma da edificação. Fonte: Miranda C, 2001 (acervo IPHAN/ES, autor Francisco de Moraes).</p>
	<p>Palácio Anchieta e Escadaria Bárbara Lindemberg. Fonte: SEDEC/PMV, 2011.</p>
	<p>Antiga Igreja da Misericórdia, anterior ao Palácio Domingos Martins construído no mesmo lugar. Fonte: Miranda C, 2001 (acervo da Biblioteca Central da UFES).</p>
	<p>Palácio Domingos Martins construído no mesmo lugar da antiga Igreja da Misericórdia. Fonte: Miranda C, 2001 (acervo do IPHAN/ES, autor Francisco Moraes).</p>

Figura 4: Imagens antigas e atuais de edificações referenciais da Cidade Alta (Palácio Anchieta e Palácio Domingos Martins).

4 Abordagem propositiva do Plano de Proteção da Paisagem da Área Central para Cidade Alta: notas finais

Este trabalho apontou o processo de mudança da forma física e ocupação urbana mais remota da capital capixaba, associado às transformações paisagísticas da designada Cidade Alta, em narrativas sobre a paisagem da área, desde os primórdios de sua ocupação no século XVI, alcançando o século XXI. Expõe-se a seguir, abordagem propositiva expressa em fichas, com resultados do Plano de Proteção da Paisagem da Área Central de Vitória para área de entorno imediato do atual Palácio Anchieta, sede do governo estadual, utilizado neste trabalho como referencial paisagístico ilustrativo da ocupação e transformação da área.

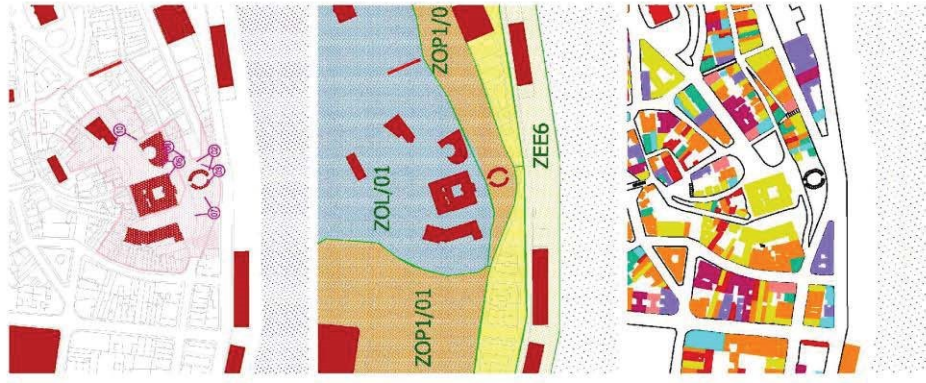
As propostas expostas na **figura 5** demonstram possibilidades da legislação urbanística agenciar mecanismos de proteção da paisagem, por meio de indicação de recomendação de alturas limites de edificações, de áreas *non aedificandi*, de demolição de edificações, restrição de remembramento de lotes, citando alguns fatores que comprometem visibilidade dos referenciais paisagísticos da área.

PALÁCIO ANCHIETA

MAPAS ESPECÍFICOS



- ALTURAS LIMITE RECOMENDADAS**
- ALTE. LIMITE - 5,0m
 - ALTE. LIMITE - 10,0m
 - ALTE. LIMITE - 15,0m
 - ALTE. LIMITE - 20,0m
 - ALTE. LIMITE - 25,0m
 - ALTE. LIMITE - 30,0m
 - ALTE. LIMITE - 35,0m
 - ALTE. LIMITE - 40,0m
 - ALTE. LIMITE - 45,0m
 - ALTE. LIMITE - 50,0m
 - ALTE. LIMITE - 55,0m
 - ALTE. LIMITE - 60,0m
 - ALTE. LIMITE - 65,0m
 - ALTE. LIMITE - 70,0m
 - ALTE. LIMITE - 75,0m
 - ALTE. LIMITE - 80,0m
 - ALTE. LIMITE - 85,0m
 - ALTE. LIMITE - 90,0m
 - ALTE. LIMITE - 95,0m
 - ALTE. LIMITE - 100,0m
 - ALTE. LIMITE - 105,0m
 - ALTE. LIMITE - 110,0m
 - ALTE. LIMITE - 115,0m
 - ALTE. LIMITE - 120,0m
 - ALTE. LIMITE - 125,0m
 - ALTE. LIMITE - 130,0m
 - ALTE. LIMITE - 135,0m
 - ALTE. LIMITE - 140,0m
 - ALTE. LIMITE - 145,0m
 - ALTE. LIMITE - 150,0m
 - ALTE. LIMITE - 155,0m
 - ALTE. LIMITE - 160,0m
 - ALTE. LIMITE - 165,0m
 - ALTE. LIMITE - 170,0m
 - ALTE. LIMITE - 175,0m
 - ALTE. LIMITE - 180,0m
 - ALTE. LIMITE - 185,0m
 - ALTE. LIMITE - 190,0m
 - ALTE. LIMITE - 195,0m
 - ALTE. LIMITE - 200,0m
 - ALTE. LIMITE - 205,0m
 - ALTE. LIMITE - 210,0m
 - ALTE. LIMITE - 215,0m
 - ALTE. LIMITE - 220,0m
 - ALTE. LIMITE - 225,0m
 - ALTE. LIMITE - 230,0m
 - ALTE. LIMITE - 235,0m
 - ALTE. LIMITE - 240,0m
 - ALTE. LIMITE - 245,0m
 - ALTE. LIMITE - 250,0m
 - ALTE. LIMITE - 255,0m
 - ALTE. LIMITE - 260,0m
 - ALTE. LIMITE - 265,0m
 - ALTE. LIMITE - 270,0m
 - ALTE. LIMITE - 275,0m
 - ALTE. LIMITE - 280,0m
 - ALTE. LIMITE - 285,0m
 - ALTE. LIMITE - 290,0m
 - ALTE. LIMITE - 295,0m
 - ALTE. LIMITE - 300,0m
 - ALTE. LIMITE - 305,0m
 - ALTE. LIMITE - 310,0m
 - ALTE. LIMITE - 315,0m
 - ALTE. LIMITE - 320,0m
 - ALTE. LIMITE - 325,0m
 - ALTE. LIMITE - 330,0m
 - ALTE. LIMITE - 335,0m
 - ALTE. LIMITE - 340,0m
 - ALTE. LIMITE - 345,0m
 - ALTE. LIMITE - 350,0m
 - ALTE. LIMITE - 355,0m
 - ALTE. LIMITE - 360,0m
 - ALTE. LIMITE - 365,0m
 - ALTE. LIMITE - 370,0m
 - ALTE. LIMITE - 375,0m
 - ALTE. LIMITE - 380,0m
 - ALTE. LIMITE - 385,0m
 - ALTE. LIMITE - 390,0m
 - ALTE. LIMITE - 395,0m
 - ALTE. LIMITE - 400,0m
 - ALTE. LIMITE - 405,0m
 - ALTE. LIMITE - 410,0m
 - ALTE. LIMITE - 415,0m
 - ALTE. LIMITE - 420,0m
 - ALTE. LIMITE - 425,0m
 - ALTE. LIMITE - 430,0m
 - ALTE. LIMITE - 435,0m
 - ALTE. LIMITE - 440,0m
 - ALTE. LIMITE - 445,0m
 - ALTE. LIMITE - 450,0m
 - ALTE. LIMITE - 455,0m
 - ALTE. LIMITE - 460,0m
 - ALTE. LIMITE - 465,0m
 - ALTE. LIMITE - 470,0m
 - ALTE. LIMITE - 475,0m
 - ALTE. LIMITE - 480,0m
 - ALTE. LIMITE - 485,0m
 - ALTE. LIMITE - 490,0m
 - ALTE. LIMITE - 495,0m
 - ALTE. LIMITE - 500,0m
 - ALTE. LIMITE - 505,0m
 - ALTE. LIMITE - 510,0m
 - ALTE. LIMITE - 515,0m
 - ALTE. LIMITE - 520,0m
 - ALTE. LIMITE - 525,0m
 - ALTE. LIMITE - 530,0m
 - ALTE. LIMITE - 535,0m
 - ALTE. LIMITE - 540,0m
 - ALTE. LIMITE - 545,0m
 - ALTE. LIMITE - 550,0m
 - ALTE. LIMITE - 555,0m
 - ALTE. LIMITE - 560,0m
 - ALTE. LIMITE - 565,0m
 - ALTE. LIMITE - 570,0m
 - ALTE. LIMITE - 575,0m
 - ALTE. LIMITE - 580,0m
 - ALTE. LIMITE - 585,0m
 - ALTE. LIMITE - 590,0m
 - ALTE. LIMITE - 595,0m
 - ALTE. LIMITE - 600,0m
 - ALTE. LIMITE - 605,0m
 - ALTE. LIMITE - 610,0m
 - ALTE. LIMITE - 615,0m
 - ALTE. LIMITE - 620,0m
 - ALTE. LIMITE - 625,0m
 - ALTE. LIMITE - 630,0m
 - ALTE. LIMITE - 635,0m
 - ALTE. LIMITE - 640,0m
 - ALTE. LIMITE - 645,0m
 - ALTE. LIMITE - 650,0m
 - ALTE. LIMITE - 655,0m
 - ALTE. LIMITE - 660,0m
 - ALTE. LIMITE - 665,0m
 - ALTE. LIMITE - 670,0m
 - ALTE. LIMITE - 675,0m
 - ALTE. LIMITE - 680,0m
 - ALTE. LIMITE - 685,0m
 - ALTE. LIMITE - 690,0m
 - ALTE. LIMITE - 695,0m
 - ALTE. LIMITE - 700,0m
 - ALTE. LIMITE - 705,0m
 - ALTE. LIMITE - 710,0m
 - ALTE. LIMITE - 715,0m
 - ALTE. LIMITE - 720,0m
 - ALTE. LIMITE - 725,0m
 - ALTE. LIMITE - 730,0m
 - ALTE. LIMITE - 735,0m
 - ALTE. LIMITE - 740,0m
 - ALTE. LIMITE - 745,0m
 - ALTE. LIMITE - 750,0m
 - ALTE. LIMITE - 755,0m
 - ALTE. LIMITE - 760,0m
 - ALTE. LIMITE - 765,0m
 - ALTE. LIMITE - 770,0m
 - ALTE. LIMITE - 775,0m
 - ALTE. LIMITE - 780,0m
 - ALTE. LIMITE - 785,0m
 - ALTE. LIMITE - 790,0m
 - ALTE. LIMITE - 795,0m
 - ALTE. LIMITE - 800,0m
 - ALTE. LIMITE - 805,0m
 - ALTE. LIMITE - 810,0m
 - ALTE. LIMITE - 815,0m
 - ALTE. LIMITE - 820,0m
 - ALTE. LIMITE - 825,0m
 - ALTE. LIMITE - 830,0m
 - ALTE. LIMITE - 835,0m
 - ALTE. LIMITE - 840,0m
 - ALTE. LIMITE - 845,0m
 - ALTE. LIMITE - 850,0m
 - ALTE. LIMITE - 855,0m
 - ALTE. LIMITE - 860,0m
 - ALTE. LIMITE - 865,0m
 - ALTE. LIMITE - 870,0m
 - ALTE. LIMITE - 875,0m
 - ALTE. LIMITE - 880,0m
 - ALTE. LIMITE - 885,0m
 - ALTE. LIMITE - 890,0m
 - ALTE. LIMITE - 895,0m
 - ALTE. LIMITE - 900,0m
 - ALTE. LIMITE - 905,0m
 - ALTE. LIMITE - 910,0m
 - ALTE. LIMITE - 915,0m
 - ALTE. LIMITE - 920,0m
 - ALTE. LIMITE - 925,0m
 - ALTE. LIMITE - 930,0m
 - ALTE. LIMITE - 935,0m
 - ALTE. LIMITE - 940,0m
 - ALTE. LIMITE - 945,0m
 - ALTE. LIMITE - 950,0m
 - ALTE. LIMITE - 955,0m
 - ALTE. LIMITE - 960,0m
 - ALTE. LIMITE - 965,0m
 - ALTE. LIMITE - 970,0m
 - ALTE. LIMITE - 975,0m
 - ALTE. LIMITE - 980,0m
 - ALTE. LIMITE - 985,0m
 - ALTE. LIMITE - 990,0m
 - ALTE. LIMITE - 995,0m
 - ALTE. LIMITE - 1000,0m



- LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE VISTA**
- Camélias
- ZONAMENTO URBANO**
- ZEE6 - Zona Especial de Equipamento
 - ZOL/01 - Zona de Ocupação Loteada
 - ZOP1/01 - Zona de Ocupação Planificada
- GABARITOS ATUAIS**
- 1 PAVIMENTO (ZOL)
 - 2 PAVIMENTOS (ZOP)
 - 3 PAVIMENTOS (ZEE6)
 - 4 PAVIMENTOS (ZOL)
 - 5-7 PAVIMENTOS (ZOP)
 - 8-10 PAVIMENTOS (ZEE6)
 - 11-15 PAVIMENTOS (ZOL)
 - 16-20 PAVIMENTOS (ZOP)
 - ACIMA DE 20 PAVIMENTOS (ZEE6)

De mapas específicos habitacionais PALÁCIO ANCHIETA, contemplam câmaras dos seguintes elementos e conjuntos: Faculdade, Escola Maria Otília, Escola São Carlos, Escola Chibata, Escola Bani Bank, Escola Galvão do Porto, Escola Mécio.

PALÁCIO ANCHIETA
MAPAS ESPECÍFICOS



Com o objetivo de manter a visibilidade das edificações do Palácio Anchieta e Escola Maria Ortiz, Escadaria Bárbara Lindemberg, Casarão e Praça João Climaco, Galpões do Porto e Matão Central, partir dos pontos e eixos selecionados no plano, com destaque para as câmeras situadas na Avenida Jerônimo Monteiro e Rua Pedro Palácios, bem como pela consideração do valor histórico cultural das áreas de influência desses elementos e conjuntos paisagísticos, somado a presença de imóveis de interesse de preservação, são necessárias determinações de definição de alturas limitadas recomendadas, de restrição de áreas *non aedificandi*, e de indicação de demolição total (D) de edificação, indicadas com letra no mapa. Propostas específicas:

- Mudança de altura para novo índice para edificações em lotes limítrofes à Avenida Jerônimo Monteiro e Rua General Osório, com objetivo de proteger o campo de visão que integra o eixo histórico da avenida, Colégio Maria Ortiz, Palácio Anchieta, Escadaria Bárbara Lindemberg e imóveis de interesse para edificações situadas na Rua General Osório, que comprometem a visibilidade das edificações e colina do sítio histórico "cidade alta" (imagens 1, 2, 3 e 4), bem como de alturas maiores para edificações que não interfiram nessa visibilidade, tais como as situadas na Rua General Osório;
- Indicação de áreas *non aedificandi* em área da Praça Presidente Roosevelt e talude limítrofe ao Palácio Anchieta e Escadaria Bárbara Lindemberg, e em área da Praça Ciccilano Monteiro, situada a frente do Colégio Maria Ortiz (imagens 3, 4, 9 e 10).

- 1 Câmera 02_0mg
- 2 Câmera 02_simulação
- 3 Câmera 03_0mg
- 4 Câmera 03_simulação



PALÁCIO ANCHIETA
MÁPAS ESPECÍFICOS



- 5 Câmara 04_000
- 6 Câmara 04_Simulação
- 7 Câmara 05_000
- 8 Câmara 05_Simulação

- **Menciona de altura dos Colegios do Porto e demolição de edificação de arcos, com objetivo de proteger o espaço do vale, que integra Avenida Jerônimo Monteiro, Avenida Getúlio Vargas, Cidália Maria Ortiz, Palácio Anchieta, Faculdade Bibiana, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Juiz de Fora.**
 - **Limita a altura máxima de construção de preservação (imagens 3);**
 - **Mudança de altura para novo índice em áreas que compõem o panorama de fundo do Palácio Anchieta, com objetivo de proteger o campo de visão do edifício e Praça João Clímaco, bem como dos imóveis de interesse de preservação, a partir da Rua Nestor Gomes (imagens 5 e 6);**
 - **Mudança de altura para novo índice para edificações em áreas das ruas limitadas ao entorno imediato do Palácio Anchieta e do conjunto do Casarão e Praça João Clímaco, devido especificidade da ambientação, com destaque para proposta de alturas menores para edificações que comprometam visibilidade do Casarão João Clímaco e Miradouro Central (imagens 7 e 8) e da câmara situada na Avenida Jerônimo Monteiro (imagens 9 e 10).**





Figura 5: Exemplo de proposta de proteção da paisagem para fração da região da Cidade Alta a partir de referenciais paisagísticos (construídos e naturais) da área central de Vitória. Fonte: SEDEC/PMV (2011).

Conclui-se que a ênfase da paisagem como narrativa permite que planos e projetos urbanísticos, nos moldes do Plano em tela, possam ampliar o entendimento das mudanças da estrutura formal das cidades, e conseqüentemente, valorizar a permanência de morfologias antigas que tendem ao desaparecimento.

Referências bibliográficas

- Aragão S (2006) O estudo dos tipos: interfaces entre tipologia e morfologia, *Revista Geosul*, v.21, n.42.
- Araújo Filho J (1974) *Porto de Vitória*, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo.
- Derenzi S (1996) *Biografia de uma Ilha*, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/PMV, Vitória.
- Dias F (2014) *O pátio jesuítico no Palácio Anchieta: narrativas tipomorfológicas e paisagísticas na cidade de Vitória (ES)*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitória.
- Freitas J, Campos M, Almeida R (2002) *Projeto centro.com.vitória*. EDUFES, Vitória.
- Hartt C (1941) *Geologia e Geografia Física do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Klug L (2009) *Vitória: sítio físico e paisagem*, EDUFES, Vitória.
- Mendonça E, Freitas J, Campos M, Prado, M, Almada R (2009) *Cidade Prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória*, EDUFES, Vitória, Annablume, São Paulo.
- Mendonça E (2001) *Transferência de interesse no percurso da verticalização de construções em Vitória (ES)*, Tese de Doutorado, FAU/USP, São Paulo.
- Miranda C (org.) (2001) *Memória Visual Baía de Vitória*, Relatório Final de Pesquisa, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/>>. Acesso em: 7 janeiro 2008.
- Monteiro P (2008) *Vitória: cidade e presépio*, Annablume/FAPESP, São Paulo, FACITEC, Vitória.
- Pessotti L, Ribeiro N (2011) *A construção da cidade portuguesa na América*, PoD, Rio de Janeiro.
- Reis N (2000) *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, São Paulo.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE (SEDEC) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV) /ÚNICA CONSULTORES (2011) *Elaboração do Plano de Ocupação para a Área Central de Vitória. Plano de Preservação da Paisagem. Relatórios de Atividades*, Prefeitura Municipal de Vitória, Vitória.
- Siqueira M (1995) *O desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940*, CODESA, Vitória.
- Simões Junior J, Campos C (2013) Permanências do urbanismo de colina como tradição luso-brasileira: os casos de Salvador e de São Paulo, *Urbe. Revista de Gestão Urbana*, Curitiba, 1, 47-69.
- Souza L (2004) *A geopolítica do sagrado: a participação das ordens religiosas na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória - ES (século XVI ao XIX)*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Tatagiba J (2005) *Vitória - Cidade Presépio*, Multiplicidade, Vitória.
- Teixeira M (2012) *A forma da cidade de origem Portuguesa*, Editora Edusp, São Paulo.
- Tschudi J (2004) *Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e colonização suíça 1860*, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória.